



**FACULDADE CALAFIORI**

**MAYRA BORGES AGUIAR**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO  
FÍSICA INFANTIL**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG  
2013**

MAYRA BORGES AGUIAR

# A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

**Orientador:** Prof. Ms. Rogério de Melo Grillo

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG  
2013

# **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL**

## **CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**AVALIAÇÃO: (    ) \_\_\_\_\_**

---

Professor Orientador

---

Professor Avaliador da Banca

---

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG  
2013

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar a Educação Especial na Educação Física Infantil, no que diz respeito à Legislação Inclusiva. A Educação Física Infantil, sob um enfoque inclusivo, necessita ser um espaço para incluir, educar, socializar, cuidar e desenvolver diversas outras habilidades nas crianças. Assim sendo, este trabalho também visa contribuir para que os educadores físicos possam se conscientizar acerca de uma educação inclusiva, levando em consideração os alunos com necessidades especiais. A hipótese de investigação será sobre crianças de 2 a 4 anos, pertencentes à Educação Infantil, que sejam portadores de necessidades especiais e estejam inseridas no ensino regular. Para tanto, a metodologia usada no trabalho foi uma análise diante de bibliografias, em que relatam o objeto da presente pesquisa, isto é, a educação física escolar para alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de 2 a 4 anos (educação infantil). Além disso, por meio desta investigação, podem-se analisar criticamente as propostas pedagógicas da Educação Física Infantil num contexto da Educação Especial e Inclusiva e o papel do professor na consolidação destas práticas. Constatou-se também, através desta pesquisa, que ocorreu uma grande evolução em termos legais, sociais e educacionais, no que diz respeito às crianças com deficiência na escola regular.

**Palavras-chaves:** Educação Física Infantil; Educação Especial; Legislação Inclusiva.

## **ABSTRACT**

The present study aims to investigate the Special Education Child Physical Education, regarding Comprehensive Legislation will. The Child Physical Education, under an inclusive, needs to be a space to include, educate, socialize, care for and develop many other skills in children. Therefore, this study also aims to contribute to the physical educators to become aware about inclusive education, taking into account the special needs students. The research hypothesis is about children 2-4 years, from the kindergarten, who are handicapped and are included in regular education. Therefore, the methodology used in the study was an analysis before bibliographies in reporting the object of this research, in other words, physical education for students with special educational needs 2-4 years (early childhood education). Moreover, through this research, one can critically analyze the pedagogical context Child Physical Education and Inclusive Special Education and teacher's role in the consolidation of these practices. It was also through this research, which was a great evolution in legal, social and educational, with respect to children with disabilities in regular schools.

**Keywords:** Child Physical Education, Special Education, Inclusive Legislation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB -	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	10
RCNEI -	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil	10
CNE -	Conselho Nacional de Educação	11
CEB -	Conselho de Entidades de Base	11
INES -	Instituto Nacional da Educação dos Surdos	13
APAE -	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	13
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente	13
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	15
MEC -	Ministério da Educação	15
SEESP -	Secretaria de Educação Especial	15

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	9
3 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA .....	13
3.1 A Educação Especial na Educação Infantil.....	15
3.2 Os Avanços na Educação Especial Brasileira.....	16
4 A EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL .....	19
4.1. A Criança e Seu Desenvolvimento.....	22
4.2 As Características Motoras das Crianças de 2 a 4 Anos .....	24
5 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E INCLUSIVA .....	27
5.1 O valor da Educação Física Infantil.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS.....	32

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é, sem dúvida, a principal ferramenta para uma transformação social, bem como para amenizar as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças. Sabe-se que a escola é onde mais se refletem essas relações.

Em função da identificação da pesquisadora com o tema, pretende-se estudar e investigar a educação física infantil sob a ótica da inclusão, procurando a realidade existente nas escolas, bem como confrontá-la com a Legislação vigente no Brasil.

Não será possível fazer um trabalho de campo, portanto, pretende-se trabalhar com bibliografias que relatem o objeto dessa pesquisa, ou seja, a educação física escolar para alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de 2 a 4 anos (educação infantil).

O profissional de Educação Física tem sido coerente com a Legislação, e, ao mesmo tempo tem se qualificado para trabalhar com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais?

A sociedade brasileira nas últimas décadas sinaliza com outra perspectiva, em outras palavras, a de não querer mais uma escola com o objetivo de selecionar ou excluir, e sim, uma escola inclusiva com acesso e direito para todos (SIQUEIRA, 2002).

É importante destacar que a inclusão escolar é um processo pelo qual uma escola procede adaptando as estruturas físicas, programáticas, metodológicas e tecnológicas, com capacitação contínua de professores, especialistas e demais membros da comunidade escolar. Isto inclui todos os alunos e familiares, e, a sociedade ao seu redor.

Desse modo, a escola inclusiva oferece suporte tanto aos alunos com necessidades especiais, como aos professores, na compreensão de que a escola deve ser capaz de responder às diferenças e as necessidades especiais de cada aluno.

A educação inclusiva é de suma importância, pois visa à minimização de todo e qualquer tipo de exclusão na área educacional, e com isso, eleva o nível de participação de seus integrantes. Fundamenta ideais democráticos, pois almeja uma estrutura social menos excludente, tendo como base o argumento de que todos têm

o mesmo valor, por isso, todos devem ser considerados e respeitados na maneira única de ser.

Contudo, ainda é fato de que uma sociedade sem exclusões é apenas uma utopia. Inclusão e exclusão são conceitos muito ligados. Isto se deve ao fato de que inclusão, é, em última instância, a luta contra exclusões. Ao analisar dessa forma pode-se afirmar que sempre existirá luta por uma educação inclusiva. Se for considerado que as exclusões sempre existirão pode-se ressaltar que a inclusão será sempre um processo.

A Educação Física escolar, como disciplina curricular, não tem, portanto, tarefas diferentes do que a escola em geral. Sendo assim, não está isenta da responsabilidade que a população brasileira exige da escola que é educar para a vida, ensinar bem, cuidar e incluir. Nesse sentido, a Educação Física escolar não tem como preocupação o aprimoramento de diversas habilidades em si, mas sim em relação às atividades concretas do universo da cultura corporal (GEBARA et al., 2002).

O objetivo geral do trabalho é pesquisar a Educação Física Infantil, no que diz respeito à Legislação que regula a Educação Especial. Os objetivos específicos do presente trabalho são: compreender a Legislação que gere a Educação Física Escolar para alunos especiais; e, identificar os principais elementos a serem analisados para execução da Educação Física Infantil com alunos especiais.

No que concerne à metodologia utilizada, fez-se uso da técnica de pesquisa bibliográfica, empregando as fontes bibliográficas do tipo de publicações, encontradas em livros, artigos, publicações avulsas, etc. Mais especificamente, como critério de escolha utilizou-se as obras de bases dos autores e, subsequentemente, seus trabalhos de desdobramentos das propostas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A hipótese de investigação será sobre crianças de 2 a 4 anos, pertencentes à Educação Infantil e que sejam portadores de necessidades especiais e/ou estejam inseridas no ensino regular, recebendo tratamento inclusivo.

## 2 A EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o atendimento institucional à criança pequena, tanto no Brasil como no mundo, representa concepções muito divergentes, acerca da sua finalidade social. Muitas destas instituições surgiram para atender apenas às crianças de baixa renda (BRASIL, 1998).

O uso das creches e das pré-escolas como medida para combater a pobreza e também para resolver os problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, por muitos anos, a única justificativa para a existência dos atendimentos de baixo custo e de aplicações insuficientes (BRASIL, 1998).

No Brasil, segundo Paschoal e Machado (2009), a Educação Infantil começou a ser desenvolvida plenamente só a partir da Constituição de 1988. Este documento fala em seu artigo 208, inciso IV que: "(...) O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 1988).

Para que a Educação Infantil se realizasse, vários movimentos sociais ocorreram, principalmente a partir da década de 1970, sendo a industrialização e o aumento das mulheres, de classe média, no mercado de trabalho, juntamente com os movimentos feministas. Conforme Paschoal e Machado (2009, p. 85):

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

Com a Constituição de 1988, as creches que então eram vinculadas à área de assistência social, começaram a ser de responsabilidade da educação. Com isso, o objetivo é que as creches e pré-escolas não apenas cuidem das crianças, mas sim que desenvolvam um trabalho educacional nesta fase de ensino (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Isto é, que passe não apenas a cuidar, mas, principalmente, a educar e desenvolver habilidades e competências nas crianças.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), a Educação Infantil é uma fase relativa à educação básica que abrange crianças de 0 a 6 anos de idade, em creches e pré-escolas. A definição da Educação Infantil, segundo consta na LDB de 1996, é:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 25).

Além disso, a LDB coloca que a Educação Infantil será oferecida em creches ou instituições equivalentes para crianças de zero a três anos de idade. Enquanto que as pré-escolas ficarão responsáveis pelas crianças de quatro a seis anos de idade (BRASIL, 1996).

Em relação à avaliação nesta etapa de ensino, o artigo 31 menciona que: “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” (BRASIL, 1996, p. 26). Desse modo, este conjunto de leis apresentados anteriormente, representam as orientações da LDB para a Educação Infantil no Brasil.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), a função da Educação Infantil é ofertar um espaço para educar, cuidar, socializar e desenvolver habilidades nas crianças. Assim, a importância da Educação Infantil é desenvolver a personalidade da criança, a autonomia, a competência para realizar e fazer coisas de diferentes modos, a criatividade, o senso crítico e a reflexão. Vale dizer que este referencial representou um avanço para a Educação Infantil, já que a partir da Constituição de 1988, muito se falou sobre a importância de educar e não apenas cuidar na Educação Infantil. Apesar disso, foi somente por meio do RCNEI que a Educação Infantil passou a ser vista de outro modo.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), estabelece os seguintes princípios:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Além disso, o RCNEI (BRASIL, 1998), também deixa claro que o professor, em seu trabalho, precisa desenvolver:

- A interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
- A individualidade e a diversidade;
- O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próxima possível das práticas sociais reais;
- A resolução de problemas como forma de aprendizagem.

Portanto, a prática pedagógica fica vinculada aos princípios básicos, assim como as orientações para o professor. Com isso, o professor deve estar atento a estes princípios básicos da Educação Infantil e aos seus deveres na educação das crianças de 0 a 6 anos, considerando todas essas particularidades relativas às crianças da Educação Infantil.

Silva (2008, p. 78) afirma que “em 07 de abril de 1999, foi publicada a resolução CNE/CEB Nº1, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”. Para este autor, fica evidente que a resolução é uma lei mandatória para todas as instituições de cuidados e educação de crianças, no qual determina seus princípios, fundamentos e procedimentos que devem orientar todas

as Instituições de Educação Infantil, sobretudo na sua organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Nas palavras de Silva (2008, p. 79):

A instituição de Educação Infantil, de acordo com a Resolução CNE/CEB/1999, deve ser um espaço e tempo em que haja articulação de políticas sociais, que lideradas pela educação integrem o desenvolvimento com a vida individual, social e cultural a um ambiente, onde as formas de expressão, dentre elas: a linguagem verbal e corporal, ocupem lugar privilegiado, num contexto de jogos e brincadeiras.

Pode ser visto que no Brasil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, fala muito sobre a necessidade de a Educação Infantil promover uma integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança de 0 a 6 anos, levando em conta que a criança é um ser humano completo e indivisível (SILVA, 2008).

Além disso, de acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), são nas interações sociais que as crianças estabelecem vínculos com as pessoas mais próximas e com o ambiente que as cercam. É visível que as crianças revelam seu esforço para entender o mundo à qual vivem. E, através das brincadeiras, mostram suas relações, por vezes, contraditórias que presenciam e explicam as condições de vida que estão submetidas, seus anseios e desejos.

Enfim, a Educação Infantil deve levar a criança a ter acesso aos bens socioculturais da humanidade, ter cuidados essenciais para o desenvolvimento de sua identidade, e, no direito de brincar como modo particular de expressão, pensamento, interação e comunicação (BRASIL, 1998).

### 3 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência, no Brasil, iniciou na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro (BRASIL, 2007).

No entanto, a história do conceito de deficiência acompanha a evolução da conquista dos direitos humanos, inserida na filosofia humanista. Ao expressar a evolução dessa ideia, faz-se necessário referir momentos marcantes de origem teológica, econômica, política ou jurídica (JANUZZI, 2006).

Segundo Pessoti (1993), pouco se pode afirmar com base documental sobre as atividades relativas à deficiência na Antiguidade clássica. Mesmo na Idade Média, a documentação é escassa, propiciando especulações sobre extremismos prováveis. O autor coloca que as crianças portadoras de necessidades especiais eram consideradas sub-humanas, tornando-se legítima sua eliminação ou abandono. As características das crianças portadoras de necessidades especiais não eram condizentes aos ideais atléticos e clássicos que serviam de base à organização sociocultural na antiguidade.

A educação dos denominados portadores de necessidades especiais, quase sempre, ao longo da história da educação foi marginalizada nos diversos países, sendo que no século XIX as ideias de Darwin, centradas no evolucionismo e no cientificismo, reforçam e acabam acirrando essa posição, na medida em que foram trasladadas para a psicologia, que passou a ter o papel de identificar os mais ou menos aptos, através de aplicações de testes mentais (SAHB, 2013).

Assim, os deficientes mentais, a título de exemplo, eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25).

Januzzi (2006, p. 67) indica que

desde os primórdios de nossa colonização as diferenças individuais mais evidentes foram inspirando acolhimento, em locais às vezes mais, às vezes menos educativos, quer em hospitais junto aos doentes, quer em asilos com

outros “desvalidos” (crianças abandonadas, órfãos, pobres). [Assim], enquanto a educação popular permanecia sob a responsabilidade das províncias desde o Ato Adicional de 1834, o governo da Corte, numa sociedade agrária, iletrada, assumia educar uma minoria de cegos e surdos, movido, provavelmente, por forças ligadas ao poder político, sensibilizadas com esse alunado por diversos motivos, inclusive vínculos familiares.

“No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE” (BRASIL, 2007, p. 2). Já em 1945, Helena Antipoff cria o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Em termos de legislação, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, inciso IV). Define também no artigo 205, que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no seu artigo 206, inciso I, e, artigo 208, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2007). Deve-se ressaltar que, a Constituição de 1988 foi um marco para a valorização da Educação Inclusiva, ou seja, valorizou a inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Tal fator pode ser visto a seguir no ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 54, III, afirma que: “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

Além disso, o próprio ECA no seu artigo 55 reforça que os dispositivos legais determinam que: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

Além do ECA, na década de 1990, alguns documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990, e, a Declaração de Salamanca, em 1994, passam a influenciar de forma significativa a formulação das políticas públicas referentes à Educação Inclusiva.

Para a LDB (Brasil, 1996, p. 43), a Educação Especial é uma modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. A LDB sugere que: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Isto evidencia uma melhoria, pois passa a considerar a Educação Especial como uma modalidade de ensino relativo à educação escolar.

Em relação à Educação Especial na Educação Infantil, a LDB (BRASIL, 1996, p. 44) consolida que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.” Portanto, desde a Educação Infantil deve-se ofertar espaço para as pessoas com necessidades ou habilidades especiais.

Por fim, a LDB (BRASIL, p. 45), no seu artigo 60, coloca que:

os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público (p. 45).

Assim, o poder público adotará de preferência, “a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo” (BRASIL, 1996, p. 45).

Em relação à LDB, Minto (2000) sugere que é inegável o avanço da Educação Especial, que passou a ser concebida como lei após a LDB, sendo considerada uma modalidade de educação escolar a ser oferecida, de preferência, na rede regular de ensino.

Segundo Almeida (2007), o **Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento** (*International Disability and Development Consortium*) sobre a educação inclusiva, realizado na Índia em março de 1998, propôs que um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo, desde que abarque a definição ampla deste conceito, nos seguintes princípios:

- Reconheça que todas as crianças podem aprender;
- Reconheça e respeite as diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde;

- Permita que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças;
- Faça parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- Reconhecer este como um processo dinâmico que está em evolução constante;
- Compreender que não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.

Além disso, este seminário auxiliou melhor na compreensão sobre a Educação Inclusiva. Levando em conta também, a evolução do pensamento relativo às pessoas com deficiência ao longo dos últimos cinquenta anos (ALMEIDA, 2007).

### 3.1 A Educação Especial na Educação Infantil

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998), a Educação Especial é um termo construído para a educação dirigida aos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades. Sendo com isso, considerada pela Constituição Brasileira, como parte inseparável do direito à educação.

Na concepção da UNESCO, a Educação Especial é um modo enriquecido de educação que deve contribuir para a integração na sociedade dos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades (BRASIL, 1998).

Conforme o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, elaborado pelo MEC/SEESP (BRASIL, 2007):

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (p. 2).

Este documento, elaborado pelo MEC através da sua Secretaria de Educação Especial (SEESP) uma política educacional objetiva a integração das crianças portadoras de necessidades especiais ao sistema de ensino, assim, indicando a inclusão dessas crianças nas instituições de Educação Infantil.

No entanto, o principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, no qual possibilite educar todas, sem nenhum tipo de discriminação, respeitando suas diferenças. Assim sendo, que seja uma escola que administre a diversidade das crianças e de suas características e necessidades (BRASIL, 1998).

É importante que haja apoio de instituições, entidades e de especialistas para poder haver a Educação Inclusiva. Isso pode ser analisado no RCNEI (Brasil, 1998), que deixa claro que é uma meta a ser alcançada por todas as pessoas envolvidas e comprometidas com a constituição de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

Por fim, o RCNEI (BRASIL, 1998) deixa algumas orientações para a Educação Especial, no que se refere a qualidade do processo de integração e da estrutura organizacional das instituições responsáveis pela Educação Especial na Educação Infantil, sendo necessário considerar:

- Grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;
- Idade cronológica;
- Disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
- Condições socioeconômicas e culturais da região;
- Estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantado nas unidades federadas.

### 3.2 Os Avanços na Educação Especial Brasileira

Segundo o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2007), na década de 2000 houve muitos avanços na modalidade Educação Especial. A título de exemplo, a terminalidade específica que foi ratificada pela Resolução nº 2 de 11 de setembro de

2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Um dos principais foi a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Esta lei coloca como um dever a garantia das formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão. Além disso, passa a incluir a disciplina de Libras no currículo dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2007).

Outro avanço foi a Portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, recomendando o seu uso em todo o território nacional (BRASIL, 2007).

De acordo com o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2007), no ano de 2003, é implantado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva que dá direito à diversidade, pretendendo apoiar as transformações dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.

Ressalta-se que o Programa Educação Inclusiva promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros. Este programa busca “a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade” (BRASIL, 2007, p. 5).

Em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de difundir alguns conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão. Este documento colaborou para reafirmar o direito e também os benefícios da escolarização de alunos com ou mesmo sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no qual um dos seus eixos é a formação de professores para a Educação Especial, a inclusão de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior e por fim o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BRASIL, 2007).

Enfim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p. 8) tem como objetivo principal o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

O princípio que rege as escolas inclusivas é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente das dificuldades que elas possam ter. Estas escolas devem oferecer às crianças com necessidades especiais o apoio adicional necessário para assegurar uma boa educação, sendo que este tipo de escolarização é o modo mais eficaz para a construção de solidariedade entre crianças especiais e seus colegas.

As políticas educacionais devem determinar que a criança com deficiência, frequente a mesma escola que frequentaria caso não tivesse uma deficiência. A inclusão destas crianças faz parte dos planos nacionais de educação para todos. Para Guimarães (2002), a qualidade na educação resulta de respostas educativas aos objetivos individuais e necessidades de cada aluno, com intuito de prepará-lo para exercer a cidadania.

## 4 A EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL

A Educação Infantil no Brasil teve uma maior intensidade após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº. 9394/96), no qual estabeleceu que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e também é direito das crianças de zero a seis anos e dever do Estado (SANTOS; NUNES, 2007).

Ayoub (2001) entende que as discussões acerca da Educação Física na Educação Infantil realmente só se intensificaram após a LDB. Além disso, no artigo 26, § 3º, da LDB, “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996, p. 26). Com isso, pode-se analisar que este artigo dá espaço para a entrada da Educação Física na Educação Infantil.

A partir disto, houve intensas discussões a respeito da natureza, das necessidades, do desenvolvimento, do contexto sociocultural e do conhecimento das crianças de 0 a 6 anos. Assim, passou-se a discutir sobre a especificidade da Educação Infantil, assim como o currículo a ser trabalhado. É aí que entra a Educação Física, como um campo de conhecimento científico a ser oferecido nesta etapa de ensino (SANTOS; NUNES, 2007). Pode-se considerar que a inclusão da Educação Física na esfera da Educação Infantil significa um avanço para o ensino, já que abre a formação e pesquisa de mais um currículo para a Educação Física, como área de conhecimento na Educação Infantil.

Em suma, a história da Educação Física na Educação Infantil iniciou-se no mesmo período da origem da Educação Infantil. Contudo, foi apenas após a década de 1990 que as discussões acerca da área, passaram a se intensificar e se adequar de questões reflexivas sobre o papel pedagógico da Educação Física Infantil. Assim sendo, buscando atender as características de crianças de 0 a 5 anos, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança de maneira efetiva, e, não somente de modo secundário como meio de auxílio para o desenvolvimento cognitivo (SIMÃO, 2008).

Contudo, um dos grandes problemas ao se falar da Educação Física Infantil reside na questão da própria educadora infantil assumir a responsabilidade pelas atividades motoras das crianças e não o educador físico. Boa parte das escolas

públicas ainda não deu espaço para os professores especialistas atuarem, como é o caso do educador físico. Assim, o currículo da Educação Infantil fica todo por conta das educadoras infantis (SAYÃO, 1999).

Ayoub (2001) sugere que a contribuição da Educação Física na Educação Infantil deve-se voltar para a leitura de mundo, ou seja, um trabalho envolvendo a construção de si próprio por meio do movimento e do conhecimento do corpo. Pode-se notar que, desde cedo a criança começa a se relacionar com o ambiente por meio dos movimentos, já que sente vontades e necessidades como fome, sede, carinho. Com isso, elas começam a explorar todo este ambiente, conhecendo o corpo e testando suas habilidades motoras.

Tisi (2004) sugere que o corpo é principal modo de percepção e de expressão do ser humano. Portanto, a criança desde pequena usa o corpo como meio de se relacionar com o mundo e com os outros. É aí que o papel da Educação Física na Educação Infantil se faz importante, como um espaço para que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo e com o movimento (AYOUB, 2001).

Brincar com a linguagem corporal, com o corpo e o movimento é criar momentos em que exista um contato entre a criança e a cultura corporal e suas manifestações, principalmente, a cultura dos jogos, brincadeiras, danças, ginásticas, sempre num contexto lúdico para a ação educativa na infância (AYOUB, 2001).

Fontana (1996) sugere que o papel do professor como mediador durante o processo do brincar é essencial, pois as brincadeiras e jogos não podem ser apenas espontâneos. Para se educar é preciso direcionar as atividades, ou seja, o professor como mediador intencional e explícito durante o processo de ensino.

Além disso, o professor de Educação Física precisa ser conhecedor das dificuldades e particularidades dos alunos com deficiências e depreender as suas características, limitações e causas para poder intervir de maneira correta diante das dificuldades e/ou limitações motoras, mentais ou sensoriais que cada um poderá apresentar (TONELLO, 2011).

Nesse contexto, a Educação Física Infantil será inclusiva não apenas em termos de legislação, mas acontecerá na prática, já que haverá a necessidade de metodologias adequadas a serem aplicadas, objetivando incluir o aluno e fazer com que se sinta aceito pelo grupo.

Desse modo, a Educação Física Infantil irá desempenhar um papel fundamental na maneira como o aluno com necessidades especiais, adquire sua

identidade como ser humano, em um contexto do escolar. Ressalta-se que esta identidade é adquirida na medida em que, os indivíduos se tornam ativamente envolvidos nas aulas, interagindo socialmente com seus colegas e ao mesmo tempo desenvolvendo uma consciência corporal global dentro de suas limitações (TONELLO, 2011).

O papel do educador físico na Educação Infantil é de oportunizar meios para que as crianças possam descobrir-se e desenvolver-se em termos de habilidades e competências, como: lateralidade, noção de espaço e tempo, motricidade global e fina, conhecimento do corpo, equilíbrio, discriminação visual, auditiva e tátil, dentre outras (TISI, 2004). E também, valorizar a inclusão de todos os alunos, atendendo desse modo crianças especiais.

Nesse contexto, sem o suporte do educador físico, a criança poderá ter grandes dificuldades no seu desenvolvimento social, na escrita, no relacionamento interpessoal e nas demais habilidades motoras. Por isso, é evidente o papel do educador físico no desenvolvimento das aptidões motoras, sociais, cognitivas e afetivas dos indivíduos (TISI 2004). Assim como, na elaboração de atividades que possam ser inclusivas e que valorizem e permitam a participação de todos os alunos.

A Educação Física no âmbito da Educação Infantil precisa estar fundamentada na importância do movimentar-se humano, nas contribuições que as experiências que a conhecida cultura corporal pode trazer para a faixa etária de 0 a 5 anos, e, sobretudo, uma Educação Física enfocada em uma educação crítica do ensino e inclusiva, especialmente, fundamentada nas experiências corporais, materiais e de interação social (BASEI, 2008).

Conforme Basei (2008), a Educação Física na Educação Infantil necessita prioritariamente ser efetivada, levando em conta as experiências de movimento em três contextos distintos. Primeiro, considerando uma experiência corporal, em que as crianças possam se expressar com o próprio corpo em movimento. Segundo, considerando uma experiência material, no qual por meio da exploração do movimento, faz-se possível uma inter-relação da criança com meio ambiente em que estão inseridos, juntamente com os objetos que as cercam. Enfim, o terceiro contexto, refere-se à valorização de uma experiência de interação social, em que se busca o compreender-se e o saber relacionar-se com os outros em situações de movimento durante as brincadeiras e jogos. Talvez, um quarto contexto poderia ser

a valorização da experiência do movimento para alunos especiais incluídos nas aulas de Educação Física Infantil.

#### 4.1 A Criança e Seu Desenvolvimento

Desde o seu nascimento, o ser humano entra em contato com o mundo por intermédio do seu corpo e do movimento. Com isso, seu corpo, na sua origem, por meio do movimento expressa necessidades fisiológicas, instintivas de sobrevivência, como a respiração, o fluxo sanguíneo, os batimentos cardíacos, a sucção na amamentação, as contrariedades e desconforto como o choro, alegria com risos e caretas, dentre tantas outras manifestações que ocorrem através dos movimentos (BASEI, 2008).

O estudo do desenvolvimento humano na visão de Tani et al. (1988 *apud* BORGES et al., 2008), só teve importância a partir do ano de 1920, quando o bebê e a criança foram alvos de muitas pesquisas e investigações. Chegou-se a conclusão há alguns anos que, deve-se entender e constatar a importância dos movimentos e dos atos motores em interação com o meio ambiente para o desenvolvimento das crianças, sobretudo, na Educação Infantil.

Vygotsky (1989 *apud* CARVALHO, 2008), indica que a infância é caracterizada como um período de diversas descobertas para o indivíduo. Assim, refletindo acerca da infância como uma etapa integrante do decurso da vida humana, a criança deve ser vista como um ser capaz de construir relações sociais, em que desde o seu nascimento, ela já possui a capacidade de interagir com o outro.

Assim, no contexto sociocultural de Vygotsky, o desenvolvimento da criança advém em função do meio social em que ela está inserida, de modo que ela constrói seu conhecimento corporal e cognitivo a partir de suas práticas culturais (CARVALHO, 2008). Nesse período, a Educação Física Infantil deve levar em conta a vivência corporal de um modo natural, e com isso construir oportunidades para que as crianças realizem ações próprias dentro das atividades lúdicas (FREIRE, 1989).

Essas são ações muito ligadas a questões sensório-motoras, em que se desenvolve numa concepção de experiência corporal, diz-se que é a relação do movimento com o mundo, tornando-o um movimento consciente e localizado sócio-culturalmente (BASEI, 2008).

Nesse sentido, o diálogo corporal direto, livra-se da limitação de uma interpretação sensório-motora, avançando para a conscientização através da experimentação, tornando uma ação de movimento que envolve sensações, sentimentos, pensamentos e reflexões, motivos para a promoção da emancipação dos sujeitos envolvidos (BASEI, 2008).

Segundo Lopes (1997, p. 8):

A criança precisa ser criança, e a melhor educação Pré-Escolar que se pode oferecer a ela, é a que a faz mais criança e, portanto, mais livre, mais espontânea e criativa. Através da liberdade e criatividade a criança é capaz de conquistar progressivamente a autonomia.

Portanto, deve-se estimular, desenvolver e fortalecer as potencialidades presentes na criança, através de objetivos e conteúdos curriculares que englobem os aspectos cognitivos, afetivos e motores, e, que valorizem sua autonomia (LOPES, 1997).

Durante a fase pré-escolar, isto é, a fase da Educação Infantil, é importante que as crianças possam frequentar ambientes coletivos apropriados e favoráveis para a interação social, e, que promovam mecanismos que proporcionem a socialização entre as crianças (CARVALHO, 2008).

De acordo com Mattos (2006 *apud* CARVALHO, 2008), a interação é um dos mecanismos que nos possibilita aprender, por nossos próprios esquemas, aquilo que pertence ao objeto, modificando-nos. Assim, é através das infinitas relações com o meio físico e social, que o ser humano cria e transforma seus modos de agir sobre o mundo. Nesse sentido, propiciar esta vivência na infância, é crucial para que nessa fase da vida, as crianças possam se desenvolver de maneira global.

O desenvolvimento infantil ocorre através de uma estimulação casual, caracterizado como integrante de um processo maturacional resultante de imitação, tentativa e erro, e liberdade de movimento. Sendo assim, é indispensável que a educação proporcionada às crianças nesse período, esteja baseada em interesses que objetivem o seu desenvolvimento dito global (NETO, 2005).

Em busca desse desenvolvimento global, em paralelo com o desenvolvimento das capacidades sociais e ambientais da criança, pode-se então, indicar os elementos que contribuem diretamente nesse sentido. Um deles seriam as manifestações lúdicas, nas quais se inserem o jogo, a brincadeira e o brinquedo. Tais facetas que antes eram vistas como atividades inativas, hoje são entendidas como recursos didáticos na Educação Infantil (CARVALHO, 2008).

Estas manifestações lúdicas (o jogo, o brinquedo e a brincadeira) próprias da infância, são caracterizadas por Vygotsky (1989 *apud* CARVALHO, 2008) como uma única atividade lúdica definida por “brinquedo”, uma vez que estes três elementos estão contidos num mundo imaginário e de regras.

Freire (1989) compreende que a infância precisa ser entendida como uma fase a ser vivida, segundo as suas peculiaridades, assim, valorizando essa etapa da vida, ou seja, não se configurando somente como um momento preparatório para a vida adulta.

Nessa perspectiva, Carvalho (2008) diz que a infância é uma etapa particular do desenvolvimento humano, no qual a criança passa a ser vista como um ser que possui suas necessidades próprias. É por isto que se tem a necessidade de se compreender melhor o universo infantil, e a Educação Física desenvolveu uma pedagogia específica destinada à infância.

#### 4.2 As Características Motoras das Crianças de 2 a 4 Anos

A primeira infância corresponde a uma fase com características vinculadas ao desenvolvimento que a de vir do ser humano. É justamente nesta etapa que se formam as chamadas bases para o desenvolvimento físico e intelectual do indivíduo (RODRIGUEZ, 2005).

Até o fim do primeiro ano de vida, o bebê aprende a eliminar todos os comportamentos que não lhe são vantajosos, isto é, passa a estabelecer algumas ligações entre os seus movimentos e a sua sensibilidade. Nesse contexto, é a partir dos 18 meses, que a criança atinge o período em que ela é sujeito e objeto da ação. Portanto, a criança se constitui gradualmente, distinguindo-se das coisas e do resto do mundo que progressivamente dominará (BORGES et al., 2008).

Desde o nascimento até os dois meses de idade, as ações da criança são unicamente sensoriais e motoras, representando desse modo um comportamento visto como automático e reflexo, sendo dominado pelas necessidades orgânicas e ritmados pela alternância alimentação e sono (ARAÚJO, 1992 *apud* BORGES et al., 2008).

Aos três meses, aproximadamente, a criança começa a elaborar sua imagem corporal, com isso, passa a familiarizar com a imagem do próprio corpo e, conseqüentemente, a ter noção de corpo e ambiente. Nessa idade, existem dificuldades no equilíbrio e na coordenação, uma confusão espaço-temporal e uma dificuldade no ritmo (visual, motor e auditivo) que se estendem até os três anos de idade (RODRIGUES, 2003).

Algumas características das crianças entre dois e quatro anos são: lançar uma bola ou atirar objetos; fazer rabiscos com lápis de cera ou similar; virar páginas de um livro; caminhar independentemente; rolar, correr e saltar; sentar-se em cadeira pequena; curvar-se para apanhar objetos sem cair; empurrar e puxar brinquedos enquanto se movimenta; dar cambalhotas; dar pontapés em bolas (RODRIGUES, 2003).

Após os três anos de idade, a criança será submetida a uma evolução rápida no plano de percepção motora. Assim, tomando consciência de suas características corporais, e, produzindo ações que tornarão possível melhor dissociação de movimentos mais livres (BORGES et al. 2008). Entende-se com isso que a partir dos três anos, a criança começa a experimentar movimentos mais autônomos e coordenados.

Rodrigues (2003) considera que a partir dos três anos de idade, a criança se encontra na fase pré-escolar, sendo que essa fase pertence à segunda infância, que corresponde dos 3 aos 6 anos de idade. Além disso, o autor chama esta fase de lúdica por conta do brinquedo ser o mais importante para a criança.

Nesta fase, a prioridade é a atividade motora global, no qual se concentra na necessidade fundamental de movimento e de expressão. Nessa etapa surgem as múltiplas habilidades motrizes, tanto grossas quanto finas (RODRIGUES, 2003).

Borges et al. (2008) indica que as características motoras básicas, das crianças a partir dos três anos, são realizar determinados deslocamentos, manipulações e movimentos; tomar consciência das diferentes partes do corpo através do movimentar e também utilizar as partes do corpo de diversas maneiras;

imitação de gestos e atitudes, usando a discriminação visual; usar da lateralidade durante atividades espontâneas e brincadeiras; estabelecer relações espaciais mais simples entre as diferentes partes do corpo com objetos ou outras crianças.

Trepar, correr, saltar, caminhar, pegar e lançar são características próprias das crianças na Educação Infantil. Assim, essas habilidades motoras se apresentam em maior desenvolvimento, sobretudo com referência à velocidade de movimento e ao equilíbrio. Contudo, a capacidade de força e a coordenação fina possuem progressos mais lentos (RODRIGUES, 2003).

## 5 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E INCLUSIVA

A Educação Física na Educação Infantil tem por finalidade auxiliar o desenvolvimento das crianças de modo parcial e global, enfatizando os aspectos motores, cognitivos, afetivos e socioculturais, com ênfase na inclusão e nos valores da sociedade em que ela está inserida (CARVALHO, 2008).

Rodrigues (2003, p. 11), por sua vez, afirma que “a Educação Física Infantil é um aspecto da Educação Física e tem por finalidade contribuir para a formação integral do educando”. Nesse sentido, para contribuir nessa formação, necessita-se usar atividades que visem todas as possibilidades de movimento, de manifestações lúdicas, de socializações e também atividades cooperativas e inclusivas.

Com isso, a Educação Física Infantil deve contribuir para o desenvolvimento das crianças, de maneira que elas possam praticar exercícios adequados ao seu biótipo, para que estes exercícios contribuam para o estímulo dos movimentos, da força e do ritmo nas crianças, possibilitando um crescimento e um desenvolvimento adequado (BORGES et al., 2008).

Para uma Educação Infantil e inclusiva, é necessário aceitar as diferenças e aceitar que nem todos aprendem da mesma maneira. O educador físico precisa ser flexível diante das dificuldades, entendendo o processo educativo e a experiência corporal como algo não linear (TONELLO, 2011).

Assim, a Educação Física Infantil precisa ser trabalhada de maneira apropriada, com conteúdos diversificados visando atender todos os alunos, desde suas diferenças até seus interesses. Isto, pois as crianças com necessidades especiais ou com dificuldades motoras se encontram em estado frágil, visto que podem sofrer preconceitos e serem vítimas de suas limitações motoras (TONELLO, 2011).

A experiência corporal em aulas de Educação Física Infantil, precisa se basear em uma experiência do corpo, no qual seja voltada para o interior do indivíduo, em que através do movimento conhece, sente, relaciona as suas condições que antes eram naturais (respirar, contrair, relaxar, andar, saltar, etc.) tornando-as conscientes (BASEI, 2008).

Além disso, as aulas necessitam valorizar uma experiência com o próprio corpo, sendo este entendido como a relação do corpo com o mundo através da

reelaboração de conceitos por meio da experiência motora individual de cada criança. Nesse sentido, há espaço para a experiência com o outro, ou seja, a interação social entre os corpos, as comparações e as reflexões sobre o próprio corpo e o do outro (BASEI, 2008). Isto possibilita ao professor trabalhar com as diferenças entre o corpo e a singularidade motora de cada criança, valorizando a ideia da inclusão e do trabalho com as diversidades motoras.

Portanto, as aulas de Educação Física Infantil devem escapar da simples repetição de movimentos tidos como ideais, pois isso pode levar a exclusão e ao adestramento (MATTOS, 2006 *apud* CARVALHO, 2008). Assim, o professor precisa dar espaço para a criança vivenciar e descobrir determinados movimentos com autonomia. Com isso, superando seus limites anteriores e estabelecendo novas formas de conduta que não são inatas, e, constitui-se em transformações dos conhecimentos anteriores da criança que vão se acumulando (CARVALHO, 2008).

Lopes (1997) propõe que a Educação Física Infantil é fundamental como meio de formação humana e capacitação da criança em fase pré-escolar, já que possibilita o desenvolvimento das capacidades motoras naturais da criança. Além do mais, a Educação Física nessa etapa de ensino, necessita priorizar uma aprendizagem das habilidades motoras fundamentais e o controle das mesmas, propiciando à criança uma melhor adaptação ao meio ambiente e criando oportunidades de entender valores morais (CARVALHO, 2008).

O professor de Educação Física Infantil tem grande importância, pois através das suas ações e do seu entendimento acerca das necessidades de cada fase da criança, pode elaborar as aulas em contexto de aprendizagem, sem deixar de levar em consideração uma educação para todos (BORGES et al., 2008).

Rodrigues (2003) propõe uma educação motora através do movimento, na Educação Infantil. Para este autor, a Educação Física é a educação do homem pelo movimento. Assim, os movimentos e os exercícios a serem realizados nas aulas precisam ser adequados a cada fase do desenvolvimento infantil.

A educação pelo movimento ou psicomotricidade, deve ser para todos e por toda a vida. Portanto, atuando sobre o indivíduo na sua totalidade, e, possibilitando o conhecimento do próprio corpo, o ajuste dos esquemas corporais e o enriquecimento das vivências motoras (RODRIGUES, 2003).

Com o desenvolvimento psicomotor (educação pelo movimento), proporcionado nas aulas de Educação Física Infantil por meio de habilidades

básicas, as crianças adquirem a capacidade de ter autonomia sobre seus movimentos de modo consciente e, por isso, podendo executá-los posteriormente (CARVALHO, 2008).

### 5.1 O Valor da Educação Física Infantil

A Educação Física Infantil, para que seja produtiva, devem-se ser analisados três conceitos chave: o valor do corpo, o papel das manifestações lúdicas na educação, e, os benefícios da atividade física (RODRIGUES, 2003).

Nesse sentido, a Educação Física no âmbito da Educação Infantil, precisa agir sobre o corpo na infância, para capacitá-lo para uma educação integral. As manifestações lúdicas, vistas em jogos e brincadeira já representam a necessidade de movimento e de imaginação das crianças, assim, estas manifestações dão abertura para várias possibilidades educacionais. Enfim, é preciso que a Educação Física se atente para os objetivos propostos quanto ao desenvolvimento acerca das transformações que ocorrem em relação ao crescimento e desenvolvimento da criança (RODRIGUES, 2003).

Carvalho (2008) entende que o valor da Educação Física Infantil está nas ações dos professores ao proporcionar às crianças a descoberta do corpo com o próprio toque ou com atividades voltadas para que as crianças percebam seu corpo por completo.

Uma das propostas é de utilizar nas aulas materiais para que as crianças possam explorem estes no ambiente livremente ou de modo dirigido. O uso de bolas, objetos de diferentes formatos, almofadas, colchonetes, valorizam as novas descobertas sobre novos tipos movimentos, como por exemplo, esforços musculares para engatinhar, chutar, saltar, rastejar, rolar, etc. (FREIRE, 1989).

Outra forma de trabalhar com estas habilidades motoras e de equilíbrio com as crianças, poderia ser as brincadeiras tradicionais, como a estátua que requer manutenção do tônus muscular para manter a postura por um determinado período de tempo, o pega-pega que exige resistência e velocidade, passar a bola que é uma brincadeira que exige a manipulação de objetos (bola) e a coordenação global (CARVALHO, 2008).

No que diz respeito à Educação Infantil para portadores de deficiência é importante que se tenha um ensino inclusivo, visando passar pela conscientização dos alunos, mesmo que cedo (alunos entre 2 e 4 anos), estabelecendo assim uma cultura da inclusão e da aceitação do outro (TONELLO, 2011).

Todo o trabalho da Educação Física fundamenta-se no corpo e seus movimentos e, esses movimentos são necessários ao desenvolvimento de todas as pessoas durante a toda vida. O que é preciso é que a Educação Física em suas propostas busque educar, aprimorar, adaptar e incluir todos os alunos. Um dos meios para se chegar a este ponto é a Educação Física Especial e Adaptada como meio de fazer valer as diretrizes e leis que impõem a inclusão de crianças com necessidades especiais desde a Educação Infantil (TONELLO, 2011).

A respeito disso, os PCN (BRASIL, 1997, p. 85) citam que:

A Educação Física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.

O valor da Educação Física Infantil, também envolve o cuidar das crianças, no que diz respeito ao beber água para manter-se hidratadas, ao indicar roupar adequadas para as atividades, ao priorizar a higiene e o cuidado com ferimentos.

Por fim, a busca pela ordem, pelo asseio, pela segurança, pela proteção, são formas de ensinar as crianças a tornarem-se independentes, capazes de administrar seu próprio corpo, pelo autocontrole e pela conscientização (VAZ et al., 2009). O valor da Educação Física Infantil não é apenas trabalhar o corpo ou as habilidades motoras, mas é principalmente incluir todos os alunos deficientes ou não nas aulas, e, zelar e cuidar deles, para que se tornem conscientes e autônomos.

De resto, não podemos falar em educação inclusiva na Educação Física, sem pensar na educação de todos. O paradigma da inclusão serve de parâmetro à gestão educacional e para a efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiem o respeito às diferenças numa transformação histórica para os processos de exclusão presentes na educação brasileira. Certamente, a educação tem hoje o grande desafio de ressignificar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente (MANTOAN, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica pesquisada possibilitou analisar a Educação Física em um contexto da Educação Especial e Inclusiva. Além disso, foi feita uma aproximação e uma análise sobre a Educação Física na Educação Infantil para crianças de 2 a 4 anos, levando em consideração a temática da Educação Especial e Inclusiva.

Para tanto, houve uma investigação sobre a legislação nacional acerca das propostas e leis relativas à inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Ademais, foi por meio desta investigação que pode-se analisar criticamente as propostas pedagógicas da Educação Física Infantil e Inclusiva e o papel do professor na consolidação destas práticas.

Constatou-se, através desta pesquisa, que ocorreu uma grande evolução em termo legais, sociais e educacionais no que condizem as pessoas com deficiência na escola regular.

A Educação Física Infantil inserida na Educação Especial, por sua vez, tem voz ativa a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e suas complementações, junto às secretarias de Educação Especial do MEC e ao próprio RCNEI, no qual consolidam a inclusão das crianças e adolescentes com necessidades especiais no ensino regular.

Apesar de ser percebido que ainda existem determinadas barreiras em relação à inclusão, sobretudo por parte dos professores, gestores e até pais que não reconhecem que a escola possa incluir e garantir uma qualidade educacional, existe iniciativas, além das legislações vigentes, que evidenciam um esforço coletivo de gestores, professores, pais, políticos, e, de outros segmentos da sociedade engajados na garantia de uma educação de qualidade para todos.

Enfim, como dizem os PCN e o RCNEI, precisamos valorizar um trabalho pedagógico da Educação Física na Educação Infantil, que seja inclusiva nas potencialidades dos alunos com deficiências em todos os seus aspectos motor, afetivo, cognitivo e social, enfatizando que nenhum aluno deva ficar fora das aulas. Só assim, poderá ser iniciado um processo de inclusão e derrubada de preconceitos dentro e fora da escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. S. R. A Escola Inclusiva do Século XXI: as crianças podem esperar tanto tempo? **BICA**, n. 41, dez. 2007. Disponível em: <<http://bica.imagina.pt/2007/a-escola-inclusiva-do-seculo-xxi-as-criancas-podem-esperar-tanto-tempo/>>.

Acesso em: agosto de 2012.

AYOUB, E. Reflexões sobre a educação física na educação infantil. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, n. 4, p. 53-60, 2001.

BASEI, A. P. A educação física na educação infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista Ibero Americana de Educação**. n. 47, v. 3, out. 2008.

BORGES, T. A.; SOUZA, V. F. M; PEREIRA, V. R. Educação Física Infantil e desenvolvimento do ritmo motor na infância. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 13 – n. 123 - Ago 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Imprensa Oficial, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume I: Introdução. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CARVALHO, M. S. A Educação Física na educação infantil: uma experiência de integração. 2008. **Monografia** (Graduação). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FONTANA, R. A. C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. 2. ed. Campinas, Autores Associados, 1996.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

GALLAHUE, D. L; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebê, criança, adolescente e adulto. 3 ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

GEBARA, A.; MOREIRA, W. W. (Orgs.). **Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002.

GUIMARÃES, J. L. O financiamento da educação infantil: quem paga a conta? In: MACHADO, (Org.) **Encontros e Desencontros na Educação Infantil**. São Paulo: Vozes, 2002.

JANUZZI, G.M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

LOPES, M. P. M. **A Educação Física na educação infantil do município de São Paulo: Necessária à formação e capacitação da criança**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MINTO, C. A. Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação do MEC e a proposta da sociedade civil. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília: UNESP/ABPEE, v. 6, n. 1, 2000.

NETO, C. A. F. **Motricidade e jogo na infância**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

NUNES, K. R. Formação do professor de educação física para a educação infantil: uma análise do debate em periódicos (1973 - 1999). 2003. **Monografia** (Curso Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A História da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTERDBR On-line**. Campinas, n.33, p. 78-86, mar. 2009.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: Queros/EDUSP, 1984.

RODRIGUES, M. **Manual teórico-prático da educação física infantil**. São Paulo: Ícone, 2003.

RODRIGUEZ, C. G. **Educação física infantil: motricidade de 1 a 6 anos**. São Paulo: Phorte, 2005.

SAHB, W. F. **Educação Especial**: olhar histórico, perspectivas atuais e aporte legal. Disponível em <[http://www2.univali.br/revistaREDE/rede5/artigos/artigo\\_2.doc](http://www2.univali.br/revistaREDE/rede5/artigos/artigo_2.doc)>. Acesso em 02 de maio de 2013.

SANTOS, W.; NUNES, K. R. Educação Física na Educação Infantil: um projeto coletivo para intervenção no cotidiano escolar. **Proteoria**. n. 1, v. 1, ACF, Vitória/ES, 2007.

SAYÃO, D. T. Educação física na educação infantil: riscos, conflitos e controvérsias. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XI, n. 13, p. 221-240, nov. 1999

SILVA, E. A. A concepção e a função da Educação Infantil nas orientações curriculares de Cuba e do Brasil. **Educere**. Curitiba: PUC/PR, 2008.

SIMÃO, M. B. Educação física na educação infantil: refletindo sobre a “hora da educação física”. **Revista Motrivivência**. n. 25, dez. 2005

SIQUEIRA, A. Educação e processo. Disponível em: <http://www.eaprender.com/conexao.asp?rgl31pagss1.matéria>. Acesso em: agosto de 2012.

TISI, L. **Educação física e a alfabetização**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

TONELLO, M. G. M. **Educação Física**: Como Planejar as Aulas na Educação Básica. São Paulo: Avercamp, 2007.

VAZ, A. F.; RICHTER, A. C.; GONÇALVES, G. C.; GONÇALVES, M. C.; VIEIRA, C. L. N. Corpo, infância, cuidados de si: Educação Física no contexto da Educação Infantil. **Inter-ação** (UFG), v. 34, p. 152-163, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**: Acesso e Qualidade. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca de 7 a 10 de Junho em 1994. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional, 1994.